

OS LEILÕES DO PRÉ-SAL (2017-2019) E OS OBJETIVOS DOS ATORES GEOPOLÍTICOS EM DISPUTA NO ATLÂNTICO SUL

André dos Santos Alonso Pereira¹
 Drielli Peyerl²
 Edmilson Moutinho dos Santos³

Resumo O objetivo do presente trabalho é analisar de forma comparativa os últimos leilões do Pré-Sal realizados entre 2017 e 2019, levando em consideração, principalmente, os interesses de empresas internacionais participantes. Após um primeiro leilão realizado em 2013, seguiu-se um hiato de quatro anos sem novos leilões, que retornaram somente em 2017. Para além dos interesses comerciais no mercado energético brasileiro, os leilões do Pré-Sal representam um microcosmo das disputas geopolíticas entre diferentes atores internacionais pelo acesso ao petróleo, onde o Atlântico Sul torna-se uma região em disputa. Com isso, os leilões poderão ser estratégicos para os interesses brasileiros no setor energético.

Palavras-Chave: Pré-Sal; Leilões; Geopolítica; Atlântico Sul.

The Pre-Salt's auctions (2017-2019) and the major goals of the geopolitical players in dispute in South Atlantic

Abstract: The aim of this present work is to analyze comparatively the last Pre-Salt auctions held between 2017 and 2019, taking into account mainly the interests of the foreign companies participating in these processes. After the first auction in 2013, a gap of the four years without new auctions followed, until they just returned in 2017. Beyond the ambitions involved in the Brazilian energy market, the Pre-Salt's auctions represent a microcosm of the geopolitical clashes between different international players for the access and control to oil, where the South Atlantic become a region to be disputed. Thereby, the auctions may be strategical for Brazil's objectives on the energy sector.

Key-Words: Pre-Salt; Auctions; Geopolitics; South Atlantic.

Subastas de pre-sal (2017-2019) y los objetivos de los actores geopolíticos en disputa en el Atlántico Sur

Resumen: El objetivo del presente trabajo es analizar comparativamente las últimas subastas del pre-sal realizadas entre 2017 y 2019, teniendo en cuenta principalmente los intereses de las empresas internacionales participantes. Después de una primera subasta realizada en 2013, siguió una pausa de cuatro años sin nuevas subastas, que solo regresaron en 2017. Además de los intereses comerciales en el mercado energético brasileño, las subastas del Pre-Salt representan un microcosmos de disputas geopolíticas entre diferentes actores internacionales por el acceso al petróleo, donde el Atlántico Sur se convierte en una región en disputa. Con esto, las subastas pueden ser estratégicas para los intereses brasileños en el sector energético.

Palabras-Clave: Pre-Sal; Subastas; Geopolítica; Atlántico Sur.

¹ Doutorando em Energia pelo IEE-USP.

² Doutora em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas.

³ Doutorado em Economia da Energia pelo Instituto Francês do Petróleo e Université de Bourgogne (1997). Docente do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP).

* Os autores agradecem o apoio da SHELL BRASIL, da FAPESP por meio do "Research Centre for Gas Innovation" (RCGI) (FAPESP - Proc. 2014/50279-4), da Universidade de São Paulo, e da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) através do regulamento de cobrança de P&D. Drielli Peyerl agradece especialmente ao atual apoio financeiro dos Processos 2017/18208-8 e 2018/26388-9, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal analisar de forma comparativa os leilões do Pré-Sal ocorridos entre 2017 e 2019, levando em consideração os interesses das empresas participantes desses eventos: a Petrobras e as principais *majors* do setor (algumas privadas e outras NOCs), avaliando suas estratégias geopolíticas. A Petrobras possui um papel fundamental junto ao Estado brasileiro em assuntos energéticos, principalmente no setor de petróleo e gás. Nesse sentido, a Petrobras tende a adotar estratégias que conciliem seus objetivos corporativos e de empresa alinhada aos interesses estratégicos nacionais, ainda que ambos possam ser considerados conflitantes.

A diversificação geográfica de fontes energéticas e a inserção em novos mercados torna-se outro ponto de discussão desse artigo, relacionado particularmente ao papel que as *majors* exercem no Brasil. A Petrobras possui protagonismo nas relações entre o país e o mercado global energético, reforçando sua função histórica de intermediar os interesses nacionais e a presença dessas companhias no território brasileiro. O desafio neste contexto é balancear os interesses das *majors* e atrair sua capacidade de investimento, bem como resguardar a soberania nacional.

A descoberta do Pré-Sal em 2006 alterou o patamar do Brasil no mercado internacional do petróleo. O país passou a almejar a posição de grande exportador de petróleo. As reservas *offshore* brasileiras, localizadas no Atlântico Sul, ampliaram a relevância geoestratégica dessa porção territorial até então quase que restrita a função de conectar os portos nacionais com as rotas marítimas de comércio mundial, crucial para um país cuja economia depende da exportação de produtos primários.

O petróleo passou, assim, a pautar a estratégia de produzir superávits na balança comercial brasileira, o que pode reverberar em maior capacidade de investimento do Estado. Os leilões do Pré-Sal seriam, então, um mecanismo ao mesmo tempo jurídico, mas também estratégico, para manter os poços exploratórios do Pré-Sal sob o controle estatal brasileiro por meio da Petrobras. Com isso, a empresa tratou de buscar e atrair as *majors* do setor para aumentar os investimentos e acelerar a produção, e, conseqüentemente, obter maiores lucros e de forma rápida.

A emergência das questões climáticas nas organizações multilaterais, como o Acordo de Paris, compele as *majors* petrolíferas a uma diversificação de portfólio, investindo em energias renováveis. E ainda, com a manutenção da liderança dos combustíveis fósseis na matriz energética mundial, o petróleo do Pré-Sal também sofrerá com a concorrência de outros países, como os campos do Oriente Médio e o *shale oil* americano. Mas estes cenários não diminuem a importância do Atlântico Sul no mercado energético mundial.

Assim, o presente artigo não pretende discutir o papel dos combustíveis fósseis a médio e longo-prazo dentro da matriz energética, mas sim, entender o papel geopolítico da Petrobras e das *majors* na realização dos últimos leilões do Pré-Sal. Por meio da discussão acima exposta, busca-se responder: quais as intenções geopolíticas e estratégicas da Petrobras em relação as *majors*? A realização dos leilões realmente objetiva uma participação mais ativa ou de mercado das *majors* no Brasil?

O artigo está organizado em três partes. A primeira caracteriza o Atlântico Sul dentro do contexto geopolítico brasileiro e como o Pré-Sal impactou a geoestratégia brasileira. Em sequência, tratamos dos leilões em si, distinguindo as principais motivações das empresas envolvidas, contrapondo a Petrobras com as *majors*. Por fim, analisamos os resultados dos leilões e discutimos as implicações geopolíticas para o Brasil em um momento de mudança de um viés nacional-desenvolvimentista para uma abordagem liberal.

O Atlântico Sul e o Pré-Sal brasileiro

O Atlântico Sul corresponde à extensão do oceano Atlântico a partir do estreitamento entre o litoral nordestino do Brasil e a costa do Senegal até as altas latitudes do círculo polar antártico. Historicamente, ele foi uma rota para a rede de comércio marítimo do período colonial. No século XX, com a ascensão do petróleo na matriz energética mundial, ele se tornou uma rota para os navios petroleiros, responsáveis por cerca de dois terços do transporte de petróleo (SÉBILLE-LOPEZ, 2005). Para o Brasil, o Atlântico Sul representa seu principal acesso aos mercados mundiais.

A concentração demográfica e industrial brasileira ao longo de sua costa, bem como a localização dos principais portos, tornou essa região crucial aos estudos sobre a geopolítica brasileira, juntamente com a Bacia Platina e o

bioma amazônico (PEREIRA, 2019). Além disso, é uma região considerada vital para a estratégia nacional de defesa, principalmente pela Marinha Brasileira, que desde os anos 1970 elabora planos estratégicos baseados no conceito de poder marítimo para atender objetivos estatais (PAIVA, 2012).

Apesar da proximidade geográfica e de possuir interesses estratégicos, o Brasil não tem poder de fato sobre a região, controlada militarmente pelas potências da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Com investimentos insuficientes para aumentar o efetivo militar brasileiro na região, o país utiliza sua capacidade de dissuasão nas organizações multilaterais para defender seus interesses locais e manter boas relações diplomáticas com as potências dominantes (PAIVA, 2012; COSTA, 2014).

Como vimos, o Pré-Sal aumentou a relevância geopolítica do Atlântico Sul para o Brasil. Até então, o país era um *player* modesto na geopolítica do petróleo, tendo como principal interesse estratégico a autossuficiência nacional nesse hidrocarboneto (PRIEST, 2016). Com o Pré-Sal, esse paradigma foi alterado, pois o objetivo do país, e da Petrobras, passou a ser a exportação de petróleo, a fim de aproveitar os possíveis lucros obtidos com sua exploração e exportação (EGLER e MATTOS, 2012). Assim, o Atlântico Sul passou a ter relevância para o desenvolvimento técnico e a segurança energética do país. A partir de 2008, relatórios de defesa do governo brasileiro passaram a designar o território marítimo do Brasil como Amazônia Azul, igualado simbolicamente ao bioma amazônico pelo potencial de suas reservas de recursos naturais (NEVES, 2012).

Destaca-se ainda que parte deste contexto está interligado a vários outros fatores, que faz pensarmos sobre a posição que o país ocupa frente a dinâmica geopolítica estabelecida pelo governo nacional. O governo brasileiro, juntamente com a Petrobras, atua como interlocutor dos negócios petrolíferos no Brasil, tanto na gestão dos *assets* brasileiros como o Pré-Sal, como na atração das *majors*. Portanto, necessita-se visualizar o contexto por diferentes óticas, tais como: fonte de energia; área geográfica; dinâmica de mercado e; políticas aplicadas em nível nacional e internacional (LE PRIOUX e MUXAGATO, 2011).

Baseando-se num contexto político de relação da exploração do Pré-Sal com o desenvolvimento futuro do país, o governo Lula (2003-2011) imprimiu

um viés nacionalista na questão do petróleo, similar ao dos tempos do segundo governo Vargas (1951-1954). O maior exemplo desse viés nacionalista foram as mudanças legislativas para a atividade petrolífera no Brasil, gerenciados desde 1997 pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Novas leis estabeleceram a participação obrigatória da Petrobras de 30% em todos os leilões de campos do Pré-Sal, assegurando que a maior parte da renda petrolífera obtida com os *royalties* fossem destinados ao Fundo Social do Pré-Sal, financiando investimentos nas áreas de educação e saúde (SAUER e RODRIGUES, 2016).

Ainda em 2014, contudo, esse viés nacionalista foi perdendo força devido a acontecimentos internos e externos. Esses fatos contribuiriam, em 2016, para uma mudança no poder executivo do país e no viés até então nacionalista da Petrobras. Atrelado a isso, iniciou-se a gestão do presidente Michel Temer (2016-2019), com uma proposta mais liberal e ortodoxa – visando agradar o mercado internacional – para a gestão do Pré-Sal (PEREIRA, 2019). Algumas mudanças normativas da gestão anterior foram removidas, como a participação obrigatória de 30% da Petrobras na operação dos campos de Pré-Sal. Outras medidas incluíram a paridade do preço dos combustíveis à sua cotação internacional (PEYERL, 2019).

A geopolítica energética no Brasil adentrou então em um período de transição. Pois, se com o anúncio do Pré-Sal houve um grande otimismo na sociedade brasileira, ela começou a definhando conforme o desenrolar da Operação Lava-Jato, a crise financeira da empresa e seu programa de desinvestimentos. Sendo assim, a abordagem nacional-desenvolvimentista foi encerrada com a mudança de governo, e a nova abordagem liberal adotada desde então.

Inserção do Pré-Sal no mercado global de Petróleo

A participação de companhias estrangeiras passou a ganhar um novo incentivo a partir de 2017 (PEYERL, 2019). Mesmo no ápice do viés nacionalista da Petrobras, a companhia reconhecia a necessidade de adquirir parceiros estratégicos para lidar com a dimensão dos investimentos na expansão da exploração *offshore* e da indústria naval (EGLER e MATTOS, 2012). No primeiro leilão realizado em 2013, o campo de Libra foi o único a ser

leiloado. Com 40% de participação, a Petrobras teve o controle da operação, enquanto as estatais chinesas, a Shell e a Total obtiveram 20% cada (PPSA, 2019). Isto de certa forma reafirmava um domínio possível da Petrobras sobre o setor de petróleo e gás nacional.

Após um período de crise financeira, os leilões foram postergados, com o segundo leilão acontecendo somente em 2017, sob um viés mais liberal. Foi uma fase bastante simbólica na mudança do viés nacionalista para o liberal. Conforme a tabela 1 mostra, a participação de empresas estrangeiras aumentou substancialmente nos leilões. Pela primeira vez observamos campos onde a Petrobras não adquiriu nenhuma participação, como o Sul de Gato do Mato e o Alto de Cabo Frio do Oeste, além de dois campos (Sudoeste de Tartaruga Verde e Pau Brasil) que não receberam ofertas.

Tabela 1. Resultado da Segunda Rodada dos Leilões do Pré-Sal em 2017

Campo em oferta	Resultado
Sudoeste de Tartaruga Verde	Sem Ofertas
Sul de Gato do Mato	Shell (80%) e Total (20%)
Entorno de Sapinhoá	Shell (30%), Repson Sinopec (25%) e Petrobras (45%)
Norte de Carcará	Equinor (40%), Petrogral (20%) e Exxon (40%)
Pau Brasil	Sem Ofertas
Peroba	Petrobras (40%), CNODC (20%) e BP (40%)
Alto de Cabo Frio Oeste	Shell (55%) QPI (25%) e CNOOC (20%)
Alto de Cabo Frio Central	Petrobras (50%) e BP (50%)

Fonte: ANP (2017). Elaboração própria.

Mesmo com a ascensão das energias renováveis nas matrizes energéticas dos países desenvolvidos, as *majors* ainda possuem interesse no Pré-Sal devido a busca por diversificação das fontes, por maior inserção no mercado brasileiro e pelo intercâmbio tecnológico, visto que a tecnologia de extração em águas ultraprofundas é a principal vantagem técnica da Petrobras em relação a suas concorrentes no mercado internacional (PINHEIRO MACHADO, 2018).

A abertura do atual governo brasileiro ao livre-mercado está sendo acentuada na gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019-), capitaneada por seu ministro da Economia, Paulo Guedes, o qual pretende implantar no Brasil o que designa como choque da energia barata. Para tal, foi iniciado um programa

de privatizações de ativos da Petrobras, como parte da participação na empresa BR Distribuidora e as refinarias fora da Região Sudeste (G1, 2019).

Somado a isso, temos uma política de desinvestimentos iniciada ainda na gestão Dilma Rousseff (2011-2016), e acentuada posteriormente. Essa política faz parte de uma estratégia que visa concentrar os esforços da Petrobras na área de exploração *offshore*, em detrimento do resto do portfólio da empresa, como sua área internacional (PEREIRA, 2019). Com isso, a análise concentra-se nos principais interesses estratégicos das empresas envolvidas nos leilões do Pré-Sal, e em seguida, examinaremos comparativamente os leilões ocorridos entre 2017-2019.

a. *Interesses estratégicos da Petrobras e das Majors*

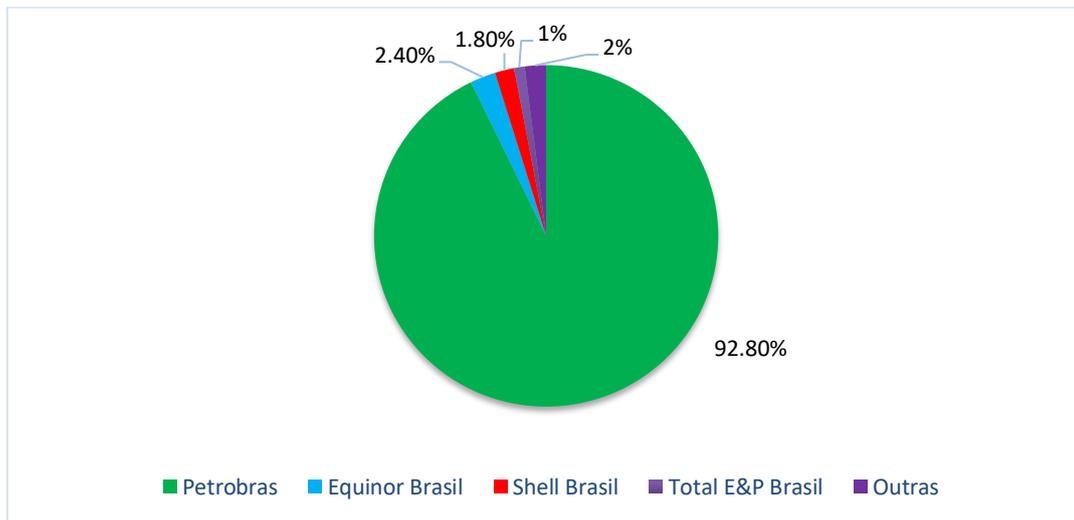
A Petrobras é considerada o braço estratégico do Estado brasileiro em assuntos energéticos, refletindo e definindo assim sua estratégia para o setor de petróleo (SAUER e RODRIGUES, 2016). Apesar da mudança do viés nacionalista para o liberal nos últimos anos, a empresa e o governo brasileiro mantêm a perspectiva de que o Pré-Sal é uma riqueza a ser explorada em prol do futuro do país. Os desinvestimentos em áreas como o refino são, portanto, um passo da nova estratégia da empresa e do governo brasileiro (PEREIRA, 2019).

Ao mesmo tempo que as privatizações atraem uma maior participação das *majors* no mercado brasileiro para auxiliar a Petrobras com o processo exploratório e, na teoria, diminuir a hegemonia da empresa no mercado energético brasileiro, elas também implicam em maiores riscos para a segurança energética brasileira. Além do relaxamento do controle estatal sobre as reservas petrolíferas, a Petrobras torna-se ainda mais dependente do petróleo para gerar lucros e abastecer o mercado brasileiro, indo na contramão das *majors* que buscam diversificar suas atividades e as fontes energéticas com que trabalham (PEREIRA, 2019).

Apesar da legislação atual não fornecer mais tantas vantagens pré-estabelecidas à Petrobras nos leilões do Pré-Sal, a empresa ainda é hegemônica no setor de exploração e produção no Brasil, sendo responsável, de acordo com dados do início de 2019, por 92.80% da produção petrolífera no país (ANP, 2019), conforme demonstra o gráfico 1. Dentre as *majors* atuantes

no Brasil, por meio de suas subsidiárias locais, essas aparecem no gráfico sendo: Equinor, Total e Shell. Além delas, destacamos as estatais chinesas, as estadunidenses Chevron e Exxon Mobil e a inglesa British Petroleum (BP).

Gráfico 1. Distribuição da produção de petróleo no Brasil por operador em 2019



Fonte: ANP/SDP/SIGEP, 2019. Elaboração própria.

Quanto as *majors*, é preciso fazer distinção entre as estatais e as do setor privado. No primeiro grupo, temos as chinesas e a norueguesa Equinor. Elas representam, assim como a Petrobras para o Brasil, o interesse de seus governos. A China tem buscado garantir seu suprimento e acesso as fontes de energia globais para continuar sustentando seu desenvolvimento econômico e expansão comercial (PEREIRA, 2019). Em 2018, o Brasil obteve cerca de 14,8 bilhões de dólares em exportação de petróleo para a China – que tornou-se o país que mais comprou petróleo do Pré-Sal –, enquanto que os próximos três destinos (Estados Unidos, União Europeia e Mercosul) somados chegaram no valor de 6,7 bilhões (BRASIL, 2018).

Isto não implica, contudo, na anulação de possíveis interesses dos países do Atlântico Norte nas reservas do Pré-Sal. Nesse sentido, a questão geoestratégica do Atlântico Sul indica as razões da relevância geopolítica das reservas do Pré-Sal, principalmente em relação ao seu acesso. Mesmo diminuindo sua necessidade de importação de petróleo graças ao *shale oil*, aos Estados Unidos não interessa o aumento da presença chinesa no continente, tradicionalmente sob sua órbita de influência, e nas rotas de comércio de

petróleo regionais. Por sua vez, os europeus, embora busquem mudar sua matriz energética, ainda dependerão dos combustíveis fósseis no curto prazo e precisam garantir sua segurança energética.

Em relação as grandes multinacionais privadas vale citar que, embora em tese voltadas ao livre-mercado, possuem motivações políticas, principalmente por estarem envolvidas em uma atividade econômica influenciada por disputas geopolíticas (BRITO et al., 2012). Tais empresas buscam garantir a partilha de fatias do mercado entre si, bem como o acesso as principais jazidas petrolíferas, a fim de garantir seu lucro e relevância (SÉBILLE-LOPEZ, 2005). Em alguns casos, a força do *lobby* político tem demonstrado ao longo da história sua conexão com os assuntos geopolíticos locais.

b. Comparativo entre os leilões de 2017-2019

As tabelas 2 e 3 demonstram os resultados das rodadas de partilha dos campos de Pré-Sal, distribuídas da seguinte forma: a segunda e terceiras rodadas realizadas em 2017; a quarta e a quinta rodadas realizadas em 2018 e, por fim; a sexta rodada, que inclui o excedente da cessão onerosa, realizada no final de 2019. A tabela 2 exhibe a participação da Petrobras e a tabela 3 a participação das *majors*. Elas compararam a participação total da Petrobras em relações as *majors*, destacando a participação da Petrobras nos poços. Por rodada, foram levantados o número de vezes em que a Petrobras e as *majors* foram operadoras do campo e quantas vezes participaram como consorciada.

Tabela 2. Participação da Petrobras nos Leilões do Pré-Sal (2017-2019)

Rodada	Ano	Campos leiloados	Petrobras - Operador	Petrobras - Consorciado
2ª Rodada	2017	3	1 (45%)	0 (0%)
3ª Rodada	2017	3	2 (40%, 50%)	0 (0%)
4ª Rodada	2018	3	3 (30%, 45%, 30%)	0 (0%)
5ª Rodada	2018	4	1 (100%)	1 (100%)
6ª Rodada	2019	1	1 (80%)	0 (0%)
C. Onerosa	2019	2	2 (100%, 90%)	1 (100%)

Fonte: ANP/PPSA, 2019. Elaboração Própria.

Tabela 3. Participação das *Majors* nos Leilões do Pré-Sal (2017-2019)

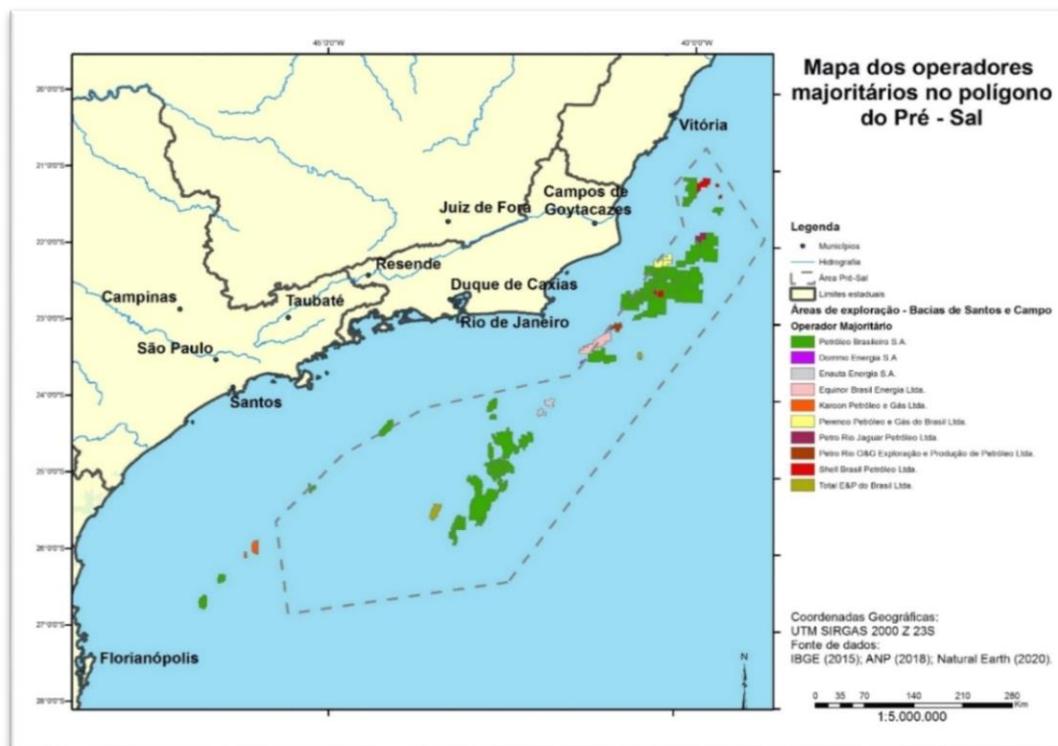
Rodada	Ano	Campos leiloados	<i>Majors</i> - Operadoras	<i>Majors</i> - Consorciados
2ª Rodada	2017	3	2 (80%, 40%)	5 (20%, 55%, 60%)
3ª Rodada	2017	3	1 (55%)	5 (60%, 60%, 50%)
4ª Rodada	2018	3	0 (0%)	7 (70%, 55%, 70%)
5ª Rodada	2018	4	3 (50%, 64%, 50%)	4 (50%, 36%, 50%)
6ª Rodada	2019	1	0 (0%)	1 (20%)

Fonte: ANP/PPSA, 2019. Elaboração Própria.

As tabelas acima indicam um paradoxo em relação aos objetivos do governo em aplicar medidas mais liberais. Em 2017, houve uma maior distribuição entre a Petrobras e as *majors*, com as porcentagens de participação mais equilibradas. A Petrobras tinha participação acima ou igual a 50% em apenas um dos campos. Dois campos leiloados sequer tiveram ofertas da Petrobras, e ambos tiveram a Shell como principal operadora. Em 2018, essa tendência foi mantida, mas a Petrobras já demonstrava uma iniciativa em manter sua hegemonia, tornando-se a principal operadora de 4 dos 7 campos leiloados. Por fim, no leilão de 2019, o domínio foi amplo da Petrobras, com participações que variaram de 80% a 100% nos campos leiloados, com somente as estatais chinesas participando como consorciadas em porcentagens pequenas.

Pode-se averiguar um domínio da Petrobras nos três anos analisados de leilões. Além dela, a empresa que mais adquiriu campos como operadora principal foi a Shell Brasil, com três. Equinor, BP e Exxon Mobil também asseguram campos como operadores. Na função de consorciados destacam-se as estatais chinesas, a BP e a Shell. A baixa participação das *majors* no leilão de 2019 evidencia o domínio exercido pela Petrobras. Seu atual presidente, Roberto Castello Branco, afirmou antes do leilão, que a empresa entraria para ganhar. Concomitantemente, a BP e a Total, normalmente ativas nos leilões, se retiraram deste, alegando não vislumbrarem possibilidade de assumir a operação de nenhum campo (G1, 2019). A hegemonia da Petrobras pode ser melhor observada no mapa abaixo (figura 1), que demonstra especialmente o domínio da empresa nos campos do Pré-Sal localizados nas principais bacias do Atlântico Sul.

Figura 1. Mapa dos operadores majoritários no polígono do Pré-Sal do Brasil



Fonte: IBGE (2015) e ANP (2018). Elaboração própria.

Implicações Geopolíticas dos leilões para o petróleo no Brasil

Com o Pré-Sal, o Brasil adentrou em uma perigosa disputa geopolítica envolvendo os interesses de grandes potências e projetos hegemônicos de poder de países e cartéis produtores, motivados em manter a relevância estratégica do petróleo e em salvar seu próprio *status* na geopolítica energética (BRITO et al., 2012). Apesar de ser uma das maiores economias do mundo e possuir um grande mercado consumidor de derivados de petróleo, o país carece da mesma capacidade das potências mundiais de exercer influência em outros territórios (COSTA, 2014).

Um dos destaques da infraestrutura brasileira do setor de petróleo e gás são os *pipelines*, como o GASBOL, gasoduto que transporta gás boliviano até o Sudeste. No seu litoral, também vemos a presença de dutos que conectam os campos *offshore* até o continente. Apesar do foco ser o petróleo, o gás natural também tem avançado em termos de produção. Ele é menos poluente que outros combustíveis fósseis, e uma excelente alternativa ao carvão e o próprio petróleo. Ele também é um dos alvos das *majors*, atentas as mudanças no setor promovidas pelo novo mercado de gás.

A própria privatização recente de alguns gasodutos no Nordeste (adquiridos pela francesa *Engie*) já demonstram isto. Ainda que, para muitos autores, o gás natural seja um subproduto da indústria petrolífera, seu impacto geopolítico para o Brasil ainda deverá ser sentido nas próximas décadas a depender do seu avanço na matriz energética mundial e nacional. O impacto geopolítico do gás natural é um fator crucial para os países europeus, como a Rússia, por exemplo (SÉBILLE-LOPEZ, 2006). Na América do Sul, o Brasil passou por perturbações geopolíticas por causa do gás natural em sua relação com a Bolívia, fortemente pautada pela importação brasileira pelo supracitado GASBOL.

Ainda, por causa do Pré-Sal, os últimos governos brasileiros têm apresentado falta de investimento ativo no que envolve as energias renováveis como os biocombustíveis. Com sua estratégia de desinvestimentos, a Petrobras desfez-se de ativos e concentrou sua capacidade técnico-operacional na extração de petróleo *offshore* (PETROBRAS, 2019). Isso compromete sua diversificação, fator fundamental para a segurança energética brasileira.

O Brasil possui uma das maiores aptidões naturais do planeta para as energias renováveis, que estão em melhor consonância com as tendências de transição energética mundial, voltadas a descarbonização da economia, tanto para atender à necessidade de frear as mudanças climáticas, como também para mitigar a relevância geopolítica do petróleo, o que beneficiaria os países que não são produtores (VAN DER GRAAF, 2016). Neste cenário, o Brasil pode ficar em desvantagem caso pautar seu setor energético excessivamente na exploração petrolífera, limitando os seus ganhos ao curto médio-prazo.

O argumento de que o petróleo será substituído por energéticos alternativos tem sido visto como um dos processos de aceleração dos leilões do Pré-Sal pelo governo brasileiro (GABRIELLI DE AZEVEDO, 2018). Porém, há outros *drivers* nesse processo atrelados a regulação da economia, os quais são indispensáveis para se analisar e compreender todo o contexto discutido. Ressalta-se, porém, que a maioria dos estudos sobre o tema aponta 2040 como o ano em que o pico da demanda por petróleo será atingido, dando ao Estado brasileiro e a Petrobras uma janela de oportunidade de duas décadas para aproveitar o que talvez seja o último *boom* petrolífero da história, embora

não seja possível determinar a duração exata dessa mudança (VAN DER GRAAF, 2016; SOVACOOOL, 2016).

Enquanto a Petrobras, nos últimos anos, realizou ações que a compeliram a priorizar a exploração *offshore* do petróleo, outras empresas participantes dos leilões – apesar de buscar espaço no mercado de petróleo brasileiro como parte de uma estratégia de diversificação geográfica – almejam a diversificação como estratégia para garantir sua manutenção no setor energético. Nesse caso, a Petrobras e o governo brasileiro terão que atuar como um interlocutor de todas essas ‘transições’ que estão ocorrendo em nível internacional. Até lá, ambos terão sua oportunidade com o Pré-Sal de extrair novas fontes de riqueza, desde que consigam equilibrar seus próprios interesses, proteger a soberania nacional e aproveitar as necessidades dos outros *players* em seu benefício.

Considerações finais

Apesar da mudança de discurso do governo brasileiro e de medidas em prol da livre concorrência e antimonopólio, a tendência é o domínio da Petrobras sobre a produção petrolífera brasileira, mantendo o padrão histórico. Nos leilões realizados entre 2017 e 2019, a Petrobras foi a empresa que mais deu lances e ofertas, e conseqüentemente, que adquiriu as maiores participações. Embora esta não seja a política de governo atual do Brasil, é uma medida de Estado, ou seja, um *modus operandis* da visão estratégica da companhia, cuja tendência histórica é manter seu domínio sobre o setor energético brasileiro.

Por outro lado, o projeto vigente busca concentrar as ações da Petrobras no Pré-Sal, enquanto as áreas de refino e distribuição passam por processos de privatizações e desinvestimento. Com isso, a empresa deixa de acessar etapas que promovem maiores obtenções de lucro, mas investe nas que dependem maiores gastos. Portanto, concluímos que isso não representa uma consonância direta com os objetivos geopolíticos do Brasil e até mesmo da Petrobras enquanto empresa voltada a geração de lucro, pois não assegura ao país a obtenção máxima da renda petrolífera e compromete sua soberania ao atrair atores geopolíticos mais poderosos e empresas com capacidade de investimento superiores à da Petrobras.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural**. Rio de Janeiro: Número 101/Janeiro 2019.

BP e Total decidem não participar do leilão de excedentes da cessão onerosa. **G1**, 30 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/30/bp-e-total-decidem-nao-participar-do-leilao-de-excedentes-da-cessao-onerosa.ghtml>> Acesso em: 18 de dez. de 2019.

BRITO, Marco; SANTOS, Edmilson; ROUSSEAU, Isabelle; NAVA, Pablo. A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. In: **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Frédéric Monié et Jacob Binsztok (Orgs.). Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Wanderley Messias. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia**. Confins [En ligne], 22|2014, mis en ligne le 29 novembre 2014, consulté le 12 janvier 2017. URL:<<http://confins.revues.org/9839>>

EGLER, Cláudio Antonio Gonçalves; MATTOS, Margarida Maria. Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul. In: **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Balanco Energético Nacional – ano base 2017**. Ministério de Minas e Energia. Brasília.

GABRIELLI DE AZEVEDO, J. S. Mudanças no setor de Petróleo: Novo Papel da Petrobras. **Medium**, 1 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://medium.com/politicas-publicas/mudan%C3%A7as-no-setor-de-petr%C3%B3leo-novo-papel-da-petrobras-de6a7f68fb7d>> Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

LE PRIOUX, B.; MUXAGATO, B.. As descobertas das jazidas do pré-sal: um desafio para o futuro da energia no Brasil. **Intellectior**. Rio de Janeiro. Ano VII, Vol. VIII, N. 15, Julho/Dezembro 2011.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. IPEA. São Paulo, 2012.

PEREIRA, André dos Santos Alonso. **Geopolítica do Petróleo Brasileiro: A estratégia de internacionalização da Petrobras na América do Sul (2007-2017)** 2019, 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Orientador: André Roberto Martin. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PETROBRAS. **Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 e Plano Estratégico 2040**. Rio de Janeiro, 2019.

PETROBRAS vende controle da BR Distribuidora. **G1**, 23 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/23/petrobras-vende-mais-de-30percent-das-acoes-da-br-distribuidora.ghtml>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

PEYERL, Drielli. **The Oil of Brazil**. Springer. Springer Nature: Switzerland AG, 2019.

PINHEIRO MACHADO, Marco Antônio. **Pré-Sal: a saga – A história de uma das maiores descobertas mundiais do petróleo**. 1ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

PRIEST, Tyler. Petrobras in the History of Offshore Oil. In: **New Order and Progress: Development Democracy in Brazil**. Ben Ross Schneider, Oxford University Press, 2016.

PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. **Contratos de Partilha: Rodadas de Partilha da Produção do Pré-Sal**. 2019. Disponível em: <<https://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/contratos-de-partilha-e-unitizacao/contratos-de-partilha>> Acessado em: 13/12/2019.

SAUER, Ildo L.; RODRIGUES, Larissa. Pré-Sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. **Rev. Estudos Avançados**. Edusp 30 (88), 45p. 2016.

SÉBILLE-LOPEZ, Phillipe. **Géopolitique du Pétrole**. Instituto Piaget. Editora Armand Colin, Paris, 2006.

SOVACOOOL, Benjamin. How long it will take? Conceptualizing the temporal dynamics of energy transitions. **Energy Research & Social Science**. Ed. 13, 2016, p. 202-215.

VAN DER GRAAF, Thijs. Is OPEC dead? Oil exporters, the Paris agreement and the transition to a post-carbon world. **Energy Research Social Science** (2016).

Recebido em 12.11.2020.

Publicado em 01.01.2021.